

Trabalho apresentado no 22º CBCENF

Título: VIVÊNCIA DE ENFERMEIRAS NO CUIDADO EM SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Relatoria: RAFAELA BRAGA PEREIRA VELOSO

Hélcia Carla dos Santos Pitombeira

Autores: Fábio Lopes do Nascimento

Gleiciane da Silva Fonseca

Modalidade: Pôster

Área: Tecnologias, Pesquisa, Cuidado e Cidadania

Tipo: Relato de experiência

Resumo:

Introdução: O cuidado em saúde é essencial no que tange a todos os ciclos de vida e a enfermagem esse é o principal objeto de trabalho. Com o intuito de garantir a atenção integral e humanizada a população no Sistema Prisional e promover sua inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS), foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) instituída pelo Ministério da Saúde e da Justiça. Nesta perspectiva, a atuação do profissional enfermeiro é imprescindível, uma vez que pode identificar problemas e implementar medidas visando a promoção, proteção e recuperação da saúde. Em especial, deve-se levar em consideração as vulnerabilidades existentes nos usuários assistidos no sistema de saúde. Dentre eles, pode-se destacar as pessoas privadas de liberdade, devido as condições em que se encontram de modo que se tornam suscetíveis a quadros de morbidade mais frequentes. O sistema prisional brasileiro de atuação das enfermeiras deste contexto dispõe de pessoas privadas de liberdade do sexo masculino, jovens e em sua maioria com baixa escolaridade. Objetivo: Este trabalho tem como objetivo relatar a vivência de enfermeiras no cuidado em saúde das pessoas privadas de liberdade em uma unidade de saúde do sistema penitenciário federal. Metodologia: Relato de experiência de vivência de enfermeiras no cuidado em saúde das pessoas privadas de liberdade em uma unidade de saúde do sistema penitenciário federal no ano de 2019. Resultados: A vivência na atenção em saúde no sistema prisional passar por vários desafios, dentre eles a ampla demanda da população carcerária, a necessidade apontada pelas pessoas privadas de liberdade da medicalização contínua, a dificuldade de realização de atividades de promoção da saúde e prevenção de doenças, o subdimensionamento de pessoal da equipe de saúde e a falta de formação específica para atender a essa população e na maioria das vezes a atenção a partir da queixa conduta o que limita a atuação deste profissional. Conclusão: Diante da vivência, é visível a necessidade de qualificação constante das enfermeiras para atender as pessoas privadas de liberdade, a necessidade de pessoal suficiente para atender as necessidades dos usuários e torna-se fundamental repensar o uso racional de medicamentos neste cenário.